

Sumário

Lista de abreviaturas e siglas	17
Introdução	19
Parte I - Direitos Fundamentais como princípios, suas restrições e o dever de proteção	25
1. Direitos Fundamentais como princípios	25
1.1. A distinção entre regras e princípios	26
1.1.1. Critérios tradicionais	26
1.1.2. Os princípios como mandamentos de otimização	27
1.1.3. Colisões de princípios e conflitos de regras	28
1.1.4. Regras e princípios “prima facie”	29
1.1.5. Objeções ao conceito de princípios	30
1.2. Modelos de regras e de princípios	32
1.2.1. O modelo puro de princípios	32
1.2.2. O modelo puro de regras	32
1.2.3. O modelo híbrido de regras e princípios	34
1.3. Importância da distinção entre regras e princípios	34
2. Restrições aos Direitos Fundamentais	35
2.1. Teoria interna e teoria externa das restrições	35
2.1.1. Teoria externa	36
2.1.2. Teoria interna	36
2.1.3. Direitos Fundamentais como princípios e teoria externa	37
2.2. Restrição e conformação dos Direitos Fundamentais	38
2.3. Classificação das restrições	39
2.3.1. Restrições diretamente constitucionais e restrições indiretamente constitucionais (restrições legais)	39
2.3.2. Autorização implícita de restrições	42
2.4. Os limites das restrições (Schranken-Schranken)	44
2.4.1. Reserva de Lei	44
2.4.2. O princípio da proporcionalidade como limite às restrições	45
2.4.3. A preservação do núcleo essencial	46
2.5. O tipo abstrato do Direito Fundamental e as restrições	47
3. A doutrina da proibição de insuficiência (“Untermaßverbot”)	49
3.1. O conteúdo objetivo dos Direitos Fundamentais	49
3.2. Noção de proibição de insuficiência	52

3.3. Proibição de insuficiência na lei fundamental alemã	54
3.4. Proibição de insuficiência na jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal da Alemanha	55
3.5. Críticas à teoria da proibição de insuficiência	56
3.5.1. Autonomia da proibição de insuficiência frente à proibição de excesso	56
3.5.2. A compatibilidade entre proibição de insuficiência e proibição de excesso	60
3.5.3. Outras críticas à teoria da proibição de insuficiência	62
3.6. A concretização do dever de proteção	63
3.6.1. Destinatários do dever de proteção	63
3.6.2. O espaço de conformação do legislador	65
3.6.3. Os deveres do Estado	67
3.6.3.1. O dever de informar-se	67
3.6.3.2. Os deveres de observação e melhora	68
3.6.4. O problema da incerteza do quadro fático	69
3.6.5. O risco residual como limite à proibição de insuficiência	71
3.6.6. A determinação do Direito Fundamental em jogo	72
3.6.7. A insuficiência dos critérios da proibição de excesso	73
3.6.8. Proposta para a estrutura da proibição de insuficiência	74
Parte II - O crime organizado	77
1. Estado da discussão	77
1.1. A polarização no debate criminológico	77
1.1.1. O discurso do mito	77
1.1.2. A teoria da conspiração	79
1.1.3. Crítica e tomada de posição	80
1.2. Crime organizado e política criminal	85
1.2.1. A política criminal liberal	86
1.2.2. O funcionalismo penal	88
1.2.3. O Direito Penal de duas velocidades	89
1.2.4. O Direito Penal do inimigo	90
1.2.5. Crítica e tomada de posição	91
2. O problema do conceito	97
2.1. A história do conceito	98
2.2. Paradigmas de organizações criminosas	103
2.2.1. O paradigma mafioso ou tradicional	103
2.2.2. O paradigma da rede	107
2.2.3. O paradigma empresarial	110
2.2.4. O paradigma endógeno	115
2.2.5. Tomada de posição	117
2.3. Distinção da criminalidade organizada e fenômenos assemelhados ...	118
2.3.1. Criminalidade de grupo	118
2.3.2. Criminalidade profissional	119
2.3.3. Crime cometido de forma organizada	119
2.3.4. Gangues juvenis	120
2.3.5. Grupos terroristas	120

2.3.6. Criminalidade de massa	123
2.4. Características das organizações criminosas	123
2.4.1. Características essenciais	124
2.4.1.1. Pluralidade de agentes	124
2.4.1.2. Estabilidade ou permanência	124
2.4.1.3. Finalidade de lucro	125
2.4.1.4. Organização	126
2.4.2. Características não essenciais	127
2.4.2.1. Hierarquia	127
2.4.2.2. Divisão de trabalho	128
2.4.2.3. Compartimentalização	130
2.4.2.4. Conexão com o Estado	131
2.4.2.4.1. Corrupção	132
2.4.2.4.2. Clientelismo	134
2.4.2.4.3. Infiltração	136
2.4.2.5. Violência	136
2.4.2.6. Exploração de mercados ilícitos ou exploração ilícita de mercados lícitos	140
2.4.2.7. Monopólio ou cartel	141
2.4.2.8. Controle territorial	141
2.4.2.9. Uso de meios tecnológicos sofisticados	142
2.4.2.10. Transnacionalidade ou internacionalidade	143
2.4.2.11. Obstrução à justiça	145
3. O problema da tipificação	145
3.1. A situação legal no Brasil	146
3.1.1. A lei brasileira do crime organizado	146
3.1.2. O crime de quadrilha (CP, art. 288) como antecedente nacional da organização criminosa	147
3.1.2.1. Bem jurídico	148
3.1.2.2. Sujeito ativo	148
3.1.2.3. Tipo objetivo	149
3.1.2.4. Tipo subjetivo	151
3.1.2.5. Consumação	152
3.2. Documentos internacionais	153
3.2.1. A convenção de Palermo	153
3.2.2. Documentos europeus	156
3.3. Organizações criminosas na experiência estrangeira	158
3.3.1. Alemanha	158
3.3.2. Áustria	159
3.3.3. Bélgica	159
3.3.4. Bolívia	160
3.3.5. Espanha	160
3.3.6. Estados Unidos	160
3.3.7. Itália	160
3.3.8. Suíça	161

4. O crime organizado como problema para o Processo Penal	161
4.1. A relação entre o Processo Penal e os Direitos Fundamentais	162
4.2. Os direitos da vítima no Processo Penal	164
4.3. A verdade no Processo Penal	166
4.4. A prova e o crime organizado	169
4.4.1. Processo Penal e prevenção do crime	171
4.4.2. Meios de prova e meios de investigação ou de inteligência	175
4.5. Eficiência e devido processo	180
4.6. O papel do Poder Judiciário	183
Parte III - A segurança como dever estatal e direito do cidadão e	
 a ameaça do crime organizado	187
1. O dever estatal de segurança e o direito do cidadão à segurança	187
1.1. Fundamento do dever estatal de segurança	189
1.2. O direito à segurança em textos constitucionais	
e documentos internacionais	192
1.3. O direito à segurança nas Constituições brasileiras	194
1.4. O dever estatal de segurança na Alemanha	196
2. A liberdade como limite do direito à segurança	199
2.1. A liberdade contemporânea	199
2.2. A relação entre segurança e liberdade	203
2.2.1. As teses possíveis na relação entre liberdade e segurança	205
2.2.1.1. Tese comunitarista	206
2.2.1.2. Tese individualista	207
2.2.2. Tomada da posição	208
3. Dever estatal de proteção e crime organizado	211
3.1. Dever de proteção e Direito Penal e Processual Penal	211
3.2. A questão empírica da existência de organizações criminosas	
no Brasil	214
3.2.1. As dificuldades da questão empírica	215
3.2.2. A superação das dificuldades	217
3.2.3. O crime organizado no Brasil	219
3.3. A questão da existência de perigo	222
4. A concretização do dever de proteção no âmbito do crime organizado	225
4.1. A tipificação da organização criminosa	226
4.1.1. A insuficiência do crime de quadrilha	226
4.1.2. A tipificação como obrigação de direito internacional	228
4.1.3. A possibilidade dogmática de construção do tipo de	
organização criminosa	229
4.1.4. As opções legislativas	231
4.1.4.1. Tipificação autônoma	231
4.1.4.2. Causa de aumento	232
4.1.4.3. Conceito instrumental	234
4.1.4.4. Tomada de posição	234
4.1.5. Projetos de lei em tramitação no Brasil	235
4.1.5.1. Projeto de Lei nº 3.731/97	235
4.1.5.2. Projeto de Lei nº 2.858/00	236

4.1.5.3. Projeto de Lei nº 7.223/02	236
4.1.5.4. Projeto de Lei do Senado nº 150/06	236
4.1.5.5. Projeto de Lei nº 7.622/06	238
4.2. A resposta processual penal ao perigo do crime organizado	239
4.3. A Forma ideal de concretização do dever de proteção no crime organizado	242
Conclusão	245
Bibliografia	249